

Parte 1 – Senado Federal

30 de novembro

Antaq e Aneel são citadas em projeto de construção simultânea de barragens e eclusas

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal aprovou substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 209/2007, que regulamenta a construção de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em rios com barragens.

Pelo texto aprovado, os projetos para construção de novas hidrelétricas devem prever a construção simultânea de eclusas ou outros mecanismos de transposição de nível. No entanto, ficam excluídas dessa regra as barragens com aproveitamento de até 50.000 MW, assim como aquelas em construção na época da promulgação da nova lei.

A proposta estabelece também que a manutenção da navegabilidade na barragem é função do responsável pela exploração do reservatório. O relator na CI, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), ressaltou, em voto favorável ao projeto, que um dos maiores empecilhos à navegação interior no Brasil é a ausência de eclusas para a transposição das diversas barragens que fazem o aproveitamento hidroelétrico nos rios do país.

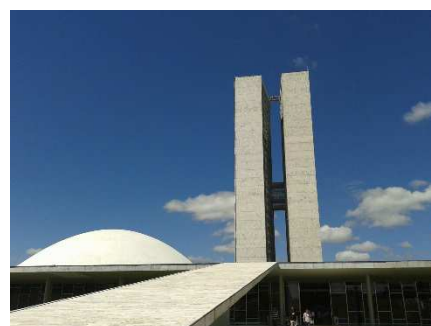
O projeto estabelece que a operação e a manutenção de eclusas constituem serviço público, que poderá ser prestado diretamente ou indiretamente pelo poder público. A construção deverá ser precedida de declaração de reserva de disponibilidade hídrica. No caso de rio de domínio da União, a declaração será solicitada pelo Ministério dos Transportes quando se tratar de exploração direta pelo poder público.

Quando se tratar de concessão, o órgão responsável por requerer o documento será a **Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq)**. Para exploração de hidrelétrica, a **Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)** continua sendo o órgão competente, como já prevê a legislação.

27 de novembro

Gurgacz elogia a Aneel pela redução do preço da energia em Rondônia

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) elogiou, em discurso proferido em 27 de novembro, a redução média de 3,78 % nas contas de luz em Rondônia, decidida pela **Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)**. Ele acredita, no entanto, que a redução poderia ser maior, já que no Acre a energia ficará 15,9 % mais barata. “Se Rondônia fornece parte da energia consumida pelos acrianos, por que a redução foi maior no Acre?”, questionou.



Gurgacz explicou que essas reduções foram possíveis graças às hidrelétricas construídas em Rondônia. Ele espera que o barateamento da energia ajude a atrair indústrias para o estado. O senador defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada por ele, que destina parte do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) da energia aos estados com hidrelétricas.

Ele lembrou que, atualmente, esse imposto fica apenas com o estado consumidor. “O estado que tem o impacto ambiental, que produz a energia elétrica, não recebe um centavo da geração de ICMS desta produção e do consumo dessa energia. Então, essa PEC vem colocar as coisas nos seus devidos lugares. Creio que, no momento em que aprovarmos essa PEC, a redução das tarifas para consumidores de Rondônia poderá ser ainda maior”, comentou.

26 de novembro

Diretora da ANP se recusa a comentar denúncias e aponta importância de refinaria

Apesar de ter se recusado a comentar denúncias de superfaturamento na obra de Abreu e Lima, a diretora-geral da **Agência Nacional do Petróleo (ANP)**, Magda Chambriard, afirmou que a refinaria que está sendo erguida pela Petrobras em Pernambuco será bem-vinda ao país.

Em depoimento à CPI Mista que investiga irregularidades na estatal em 26 de novembro, ela explicou que a expansão do parque de refino brasileiro é essencial e ressaltou que a balança comercial do país registra déficit grande de derivados de petróleo. “A refinaria é bem-vinda porque nos alivia sensivelmente em relação à importação de diesel, e isso é uma despesa grande”, afirmou.

Parlamentares da oposição tentaram, sem sucesso, fazê-la falar sobre denúncias de corrupção na construção de Abreu e Lima. O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), por exemplo, perguntou se ela considerava normal a obra ter exigido R\$ 7 bilhões a mais só em aditivos contratuais. “Não acompanhei de perto e não é atribuição da ANP”, resumiu Chambriard.

Segundo ela, quando uma empresa se habilita a construir uma refinaria ou distribuidora, a ANP não entra no mérito se o projeto é caro ou barato, mas olha questões técnicas para garantir que o empreendimento vai operar com qualidade e eficiência.

Magda Chambriard informou que a agência reguladora adota padrões internacionais e rígidos de fiscalização e pratica o que de melhor existe no mundo. “Não conheço outro órgão fiscalizador no mundo que tenha feito tantas medidas cautelares”, agregou a diretora.

26 de novembro

CPI pede dados sigilosos à Anatel sobre tesoureiro do PT

O Banco Central, a **Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)** e a Receita Federal têm 15 dias, contados a partir de 20 de novembro, para remeter à CPI Mista da Petrobras informações bancárias, telefônicas e fiscais do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, no período entre 1º de janeiro de 2005 a 20 de maio de 2014. O pedido para a transferência dos dados sigilosos foi feito pelo presidente da CPI Mista da Petrobras, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

A quebra dos sigilos do tesoureiro do PT foi aprovada no dia 18, em reunião administrativa da comissão, por 12 votos a favor e 11 contra. A justificativa apresentada pelo deputado Rubens Bueno (PPS-PR) foi uma reportagem da revista Época, segundo a qual há denúncia de que Vaccari teria recebido US\$ 8 milhões da construtora Odebrecht a partir de um contrato fechado com a área internacional da Petrobras. Isso teria acontecido em 2010, durante a campanha presidencial de Dilma Rousseff.

26 de novembro

CCJ aprova seis meses de quarentena para ex-dirigentes de agências reguladoras

Os ex-dirigentes de agências reguladoras poderão ficar impedidos, por seis meses após deixar a função, de exercer atividades ou de prestar qualquer serviço no setor regulado. A ampliação do tempo de quarentena, atualmente de quatro meses, é prevista em Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 272/2012, aprovado no dia 26 de novembro pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal. Como a decisão é terminativa, o projeto será enviado diretamente à Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação em Plenário.

Durante o período de quarentena, o ex-dirigente segue vinculado à agência reguladora, com remuneração compensatória equivalente à do cargo de direção exercido e aos benefícios a ele inerentes. Essa previsão já consta da Lei nº 9.986/2000.

De autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o projeto revoga dispositivo dessa lei que determina a aplicação da quarentena ao ex-dirigente exonerado a pedido, se este já tiver cumprido pelo menos seis meses de seu mandato. Com isso, a quarentena vale para todos os ex-dirigentes.

O relator, senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), apresentou voto favorável a essa revogação, argumentando que o ex-dirigente que tivesse cumprido, por exemplo, cinco meses e meio de mandato poderia, no dia seguinte à exoneração, atuar profissionalmente no setor regulado pela agência a que pertencia.

Para Randolfe, o acesso a informações privilegiadas não se dá em função do tempo de permanência na instituição. De acordo com o relator, é possível que, no primeiro mês de exercício, o ex-dirigente já tenha conhecimento de gravíssimas e relevantes informações, que devem ser protegidas.

Randolfe concorda com Mozarildo quanto à insuficiência do atual prazo de quatro meses de quarentena para impedir que “o ex-dirigente torne possível a apropriação de informações privilegiadas por terceiros que atuem no setor da economia regulado pela agência em que exercia seu cargo”.

24 de novembro

Jorge Viana pede à Anac que atue para melhorar a qualidade dos serviços no Acre

O senador Jorge Viana (PT-AC) pediu à **Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)** e à Infraero que intercedam junto às companhias aéreas para que melhorem a qualidade dos serviços prestados ao estado do Acre. Na avaliação do senador, é preciso que as empresas aumentem o número de voos para o Acre e que os preços dos bilhetes sejam justos.

O senador informou que, enquanto uma passagem de Rio Branco a Buenos Aires custa em média R\$ 1,6 mil, a passagem de Rio Branco a Brasília não sai por menos de R\$ 1,9 mil.

Jorge Viana disse ainda que as obras do aeroporto de Rio Branco reduziram o número de voos, que estão limitados ao período da madrugada. Ele espera que, quando as obras terminarem, o número de voos para a capital do Acre aumente:

“O governo federal fez a parte dele. Está investindo 97 milhões de reais na pista de pouso e mais 30 milhões de reais na ampliação do terminal de passageiros. São quase 130 milhões de reais. E o que é que as companhias aéreas estão fazendo? Elas pioraram a qualidade do serviço que tínhamos,

diminuíram a quantidade de voos, que são todos na madrugada. O serviço é ruim e o custo, altíssimo”, protestou o senador.

19 de novembro

Prefeito deverá garantir posto de saúde dentro dos parâmetros da Anvisa

A instalação ou ampliação de postos de saúde nas proximidades de empreendimentos do Programa “Minha Casa, Minha Vida” deverá seguir critérios populacionais, proporcionais à densidade de ocupação, como define projeto (PLS nº 374/2013) aprovado em 19 de novembro pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal.

O prefeito poderá ser julgado por crime de responsabilidade caso não se esforce para garantir a oferta de serviços nesses padrões. A Lei nº 11.977/2009, que regulamenta o programa, já obriga o poder público a instalar os postos, mas não faz especificações sobre os quantitativos dos serviços, questão que poderia ser abordada nos planos diretores de cada município. Como há disparidades entre as regras dos diversos governos locais, o texto aprovado inova ao impor a adoção de critérios nacionais, já que o programa é de âmbito federal.

Pela proposta, de autoria do senador Delcídio Amaral (PT-MS), os serviços básicos de saúde devem ser dimensionados para atender suficientemente os moradores. As unidades de serviço compreendem os postos de saúde, equipes do “Saúde da Família” e até unidades de pronto atendimento (UPA) ou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Além do critério populacional, proposto pelo autor, o relator, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), sugeriu emenda para determinar que a edificação ou ampliação das unidades de saúde siga os requisitos e parâmetros mínimos de estrutura física, de equipamentos e de profissionais e equipes que são estabelecidos pela **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** (Anvisa).

13 de novembro

Ângela Portela destaca centro de monitoramento da Anatel e cobra qualidade na telefonia

A senadora Ângela Portela (PT-RR) reclamou mais uma vez da má qualidade dos serviços de telefonia móvel e de internet banda larga na Região Norte, especialmente no estado de Roraima. Ela afirmou que os roraimenses pagam caro por um serviço precário, enquanto a operadora diz desconhecer qualquer problema no estado.

Apesar desses problemas, Ângela Portela registrou três fatos positivos para o setor de telefonia e internet. O primeiro é o lançamento de um centro de monitoramento integrado da **Agência Nacional de Telecomunicações** (Anatel), que vai permitir um diagnóstico mais realista do funcionamento das empresas do setor.

O segundo é o anúncio do Ministério das Comunicações de que o plano de universalização da internet banda larga, prometido pela presidente Dilma Rousseff na campanha, será mesmo executado nos próximos quatro anos e custará cerca de R\$ 50 bilhões. “Segundo o Ministério das Comunicações, apenas 47% dos municípios brasileiros têm acesso à banda larga. Então, precisamos apoiar a iniciativa do governo federal de levar internet gratuita e segura para toda a população. É necessário fazer investimentos para que escolas públicas tenham implantado esse plano nacional de banda larga”, disse.

Ângela Portela também ressaltou como positivo o debate sobre o plano nacional de internet banda larga, ocorrido no Senado em novembro. “Não haveria momento mais oportuno para cobrar

as operadoras que atuam na Região Norte, especialmente em Roraima, que cumpram as regras do plano e garantam qualidade e preço justo”, afirmou.

12 de novembro

Anvisa participa de audiência pública sobre pesquisas de medicamentos

A senadora Ana Amélia (PP-RS) informou que foi feita uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal em 12 de novembro, para discutir a importância de agilizar os procedimentos em registros de pesquisas clínicas de medicamentos. A audiência contou com a presença de representantes da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), do Ministério da Saúde e da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)**.

A senadora criticou a postura do representante da Conep, Jorge Alves de Almeida Venâncio, por ter afirmado que ela estaria trabalhando num projeto para reduzir as competências do órgão, o que poderia prejudicar os pacientes. “Foi uma surpresa, para mim, ouvir isso”, disse a senadora. Ana Amélia disse que encaminhou uma mensagem a Jorge Venâncio manifestando sua indignação e pedindo uma explicação quanto às declarações, mas não recebeu resposta.

O presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), pediu aos demais integrantes da comissão um voto de solidariedade à senadora e disse que vai solicitar explicações ao Ministério da Saúde. “Eu fico muito chocada, muito sensibilizada. Porque em nenhum momento aqui nesta Casa eu trabalhei por um interesse escuso. Os colegas sabem que em nenhum momento eu fugi com a responsabilidade nem com a ética”, afirmou Ana Amélia.

12 de novembro

Para senadora, regulamentação da lactose em alimentos deveria ser feita pela Anvisa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal aprovou, em 12 de novembro, um projeto obrigando a indústria a indicar no rótulo das embalagens de alimentos se eles contêm lactose (PLS nº 260/2013). Autor do projeto, o senador Paulo Bauer (PSDB-SC) justificou a apresentação indicando os resultados de diversos estudos que apontam a elevada ocorrência da intolerância à lactose no Brasil.

Bauer afirmou que essa condição é determinada geneticamente e tem incidência variável de acordo com a etnia. “Essa incidência é muito baixa entre os brancos europeus (3%), medianamente elevada nos povos do norte da África, América Central, Índia e Oriente Médio (50%), e excessivamente elevada nos povos africanos, afro-caribenhos, sul-americanos e nas populações do leste e sudeste asiático (90%)”, diz ele ao justificar o projeto.

Amparado nas pesquisas brasileiras, o autor da matéria afirmou que essa intolerância foi verificada em percentuais que variam de 45 a 71%. Em geral, segundo Bauer, 50% da população brasileira, no mínimo, são afetados por essa condição. Ele ressalva, contudo, que essa é uma avaliação otimista, diante de estudos internacionais segundo os quais 75% da população mundial sofrem de intolerância à lactose.

O relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB) fez duas emendas ao projeto. A proposta original obrigava a informação sobre o teor de lactose, mas o relator achou prudente, em termos financeiros, que os rótulos informem apenas se o alimento contém a lactose. A outra emenda serviu para mudar a ementa do projeto.

Inicialmente contra a proposta, a senadora Ana Rita (PT-ES) apresentou voto em separado. Ela alegou que essa responsabilidade deve ser da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** (Anvisa). No entanto, diante da argumentação dos demais senadores, que afirmaram ser o Senado competente para legislar sobre a matéria, a senadora retirou o voto em separado e o projeto foi aprovado por unanimidade.

“Quero reafirmar que é, sim, direito desta Casa legislar e estabelecer inclusive as agências para se submeter a normas que forem legisladas aqui no Congresso Nacional e no Senado. A Anvisa tem suas obrigações e ela não cumpre como a sociedade brasileira deseja”, criticou o relator, Cícero Lucena.

11 de novembro

Anibal Diniz diz que a Anatel vai regulamentar a nova Lei das Antenas

O senador Anibal Diniz (PT-AC) comemorou a aprovação do projeto da Lei Geral das Antenas (PLS 293/2012), em 11 de novembro, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal. A proposta trata da unificação das regras para instalação de torres, uma reivindicação das empresas de telecomunicações. Segundo o senador, a **Agência Nacional de Telecomunicações** (Anatel) vai editar regulamentação específica tão logo a lei seja sancionada.

O senador destacou ainda o sucesso do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) com 8,7 milhões de inscritos, quase 22% a mais que no ano passado. Ele lembrou que o Enem garante aos estudantes acesso a universidades públicas e a programas como o Brasil sem Fronteiras, o Prouni, o Pronatec e o financiamento estudantil (Fies). “O sucesso do Enem é, na realidade, o sucesso do ensino público brasileiro, que é o caminho mais democrático e, por meritocracia, para fazer com que todos tenham acesso a uma universidade pública, gratuita e de boa qualidade”, opinou.

6 de novembro

Ana participa de audiência sobre novos desafios na transposição do rio São Francisco

A conclusão das obras de transposição das águas do rio São Francisco, prevista para o final de 2015, colocará em evidência novos desafios, como a necessidade de revitalização do rio, capacitação de gestores locais para operar o sistema e racionalização do uso da água que chegará a 400 municípios.

Os próximos passos a serem enfrentados pelo poder público foram destacados em audiência pública em 6 de novembro na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal. Com o debate, a comissão dá prosseguimento às atividades de acompanhamento da política de recursos hídricos para o semiárido nordestino.

Os senadores que participaram do debate, como Acir Gurgacz (PDT-RO), Ana Amélia (PP-RS) e Kaká Andrade (PDT-SE), manifestaram preocupação com a redução da vazão do rio São Francisco e a seca em suas nascentes.

Desafios após a conclusão das obras também foram apontados por Carlos Motta Nunes, da **Agência Nacional de Águas**. Para ele, a transposição fará com que a água deixe de ser um fator limitante ao desenvolvimento da região, mas exigirá dos gestores locais capacitação para atuar dentro da nova realidade. “Com a transposição, a água será entregue nos açudes e poderá deixar de ser fator limitante. Haverá necessidade de adaptação do gestor, que poderá liberar água para outros

fins, sem risco de deixar a população à deriva”, disse Nunes, ao observar os efeitos da transposição sobre as atividades produtivas.

6 de novembro

Kaká Andrade critica Anvisa por reeditar proibição de inibidores de apetite

O senador Kaká Andrade (PDT-SE) pediu explicações do ministro da Saúde sobre resolução da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** (Anvisa), editada no final de setembro, que, na avaliação dele, recupera, em parte, a proibição de venda de inibidores de apetite. Essa proibição tinha caído depois que o Congresso Nacional aprovou, no início de setembro, decreto legislativo que revogou resolução antiga sobre a matéria.

Kaká Andrade afirmou que a nova resolução da Anvisa configura o desrespeito aos princípios de independência e harmonia entre os poderes da República. Por isso, ele apresentou outro projeto de decreto legislativo para, mais uma vez, sustar os efeitos de resolução da Anvisa que proíbe a comercialização de inibidores de apetite.

“Tenho recebido inúmeros tuíteres dizendo: ‘De que adiantou tanta luta? Nós continuamos morrendo, porque não temos acesso às medicações’. A Anvisa burlou a legislação, trocou uma resolução por outra que tem praticamente os mesmos efeitos’. Está mais do que na hora de que as decisões do parlamento sejam respeitadas”, disse o senador.

5 de novembro

Representante da ANS deve participar de audiência sobre rescisão unilateral de planos de saúde

Representantes da **Agência Nacional de Saúde Suplementar** (ANS) e dos consumidores de planos de saúde privados deverão participar de audiência pública para debater prós e contras de modificações propostas pelo Senado à legislação que rege tais contratos. A realização de audiência pública foi decidida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal e será agendada para breve.

A audiência busca subsidiar a votação do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 433/2011, resultado da fusão de vários projetos. O texto propõe que os contratos de planos e seguros privados de assistência à saúde só poderão ser suspensos ou rescindidos pela entidade prestadora por fraude ou nos casos em que haja atraso superior a 60 dias consecutivos do pagamento. Além disso, determina que não possa haver, por parte da operadora, a suspensão ou rescisão unilateral dos “planos coletivos”. O relator é o senador Paulo Davim (PV-RN). Segundo Humberto Costa (PT-PE), a proposta afeta o equilíbrio econômico, por isso deve ser tratada com atenção.

4 de novembro

Anvisa defende teor de MP que flexibiliza a presença obrigatória de farmacêuticos em farmácias

A exigência da presença permanente de um farmacêutico em drogarias e farmácias, introduzida pela Lei nº 13.021/2014, causou divergência durante audiência pública que discutiu, em 4 de

novembro passado, a Medida Provisória nº 653/2014. A MP flexibilizou a regra para permitir, no caso de pequenas e microempresas, a substituição do farmacêutico por outro profissional.

Para o presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), Ronald Ferreira dos Santos, todos ganham com a obrigatoriedade da presença de um farmacêutico nas farmácias. Por outro lado, o superintendente de Inspeção da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** (Anvisa), Bruno Rios, apoiou a flexibilização garantida pela MP nº 653. Ele lembrou que é obrigatória a presença de um responsável técnico em horário integral de funcionamento, mesmo que não seja um farmacêutico.

O superintendente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal, José Aparecido Guimarães, também defendeu a MP – que, em sua avaliação, preserva os interesses da população. Para analisar a importância da medida, disse Guimarães, é preciso conhecer “os rincões de todo o país”. “Imagina, em uma pequena cidade, um pai acordar de madrugada, com o filho chorando e com febre, e não poder comprar um remédio para seu filho [por falta de farmacêutico]”, ponderou.

A MP nº 653/2014 relaxa a exigência de farmacêutico em farmácias caracterizadas como pequenas ou microempresas, permitindo a presença de “prático de farmácia, oficial de farmácia ou outro”, inscrito em Conselho Regional de Farmácia (CRF), como responsável do estabelecimento.

3 de novembro

Parlamentares podem participar de consulta pública da Ancine sobre agenda regulatória

Até 31 de janeiro de 2015, está em Consulta Pública no *site* da **Agência Nacional do Cinema** (Ancine) a minuta da *Agenda Regulatória* do órgão para o período 2015-2016. O documento, aprovado pela Diretoria Colegiada, abrange um conjunto de temas estratégicos e prioritários para este biênio, incluindo propostas de elaboração e revisão de instrumentos normativos voltados ao fortalecimento das ações de regulação, fomento e fiscalização do setor audiovisual. Senadores e deputados podem participar da audiência, enviando sugestões e contribuições.

A *Agenda Regulatória* é um instrumento de planejamento, porque organiza e reúne os temas estratégicos que serão abordados pela Agência no próximo biênio, e de transparência, pois torna públicas as ações que pretende pôr em prática no âmbito do setor audiovisual, por meio de mecanismos de regulação, de fomento e de fiscalização.

Além disso, é uma ferramenta de participação social, já que, antes de sua publicação definitiva, os agentes do setor e a sociedade como um todo podem, através de mecanismo de consulta pública, opinar sobre as ações propostas e sugerir outras, a serem colocadas em pauta. Mais detalhes no *site* da Ancine, clicando-se em Consultas Públicas.

1º de novembro

Consultores analisam projeto que cria a Agência Nacional da Mineração e apontam retrocessos

Estudo publicado pela Consultoria Legislativa do Senado Federal apontou problemas no projeto de lei que define um novo marco regulatório para a mineração. De acordo com os consultores Luiz Alberto Bustamante, João Cavalcante, Márcia Biato e Carlos Jacques Gomes, o texto, em discussão na Câmara dos Deputados, traz retrocessos em relação ao atual Código de Mineração, especialmente pela excessiva intervenção estatal.

Para os autores do estudo, o PL nº 5.807/2013, de autoria da Presidência da República, deveria apenas servir como ponto de partida para os debates. O projeto cria normas semelhantes às aquelas

aplicadas ao setor de petróleo e contém inovações institucionais, como a criação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPMP) e a **Agência Nacional de Mineração** (ANM). Propõe, ainda, mudanças regulatórias e o aumento dos *royalties* incidentes sobre os minérios. No entanto, afirmam os autores, faltam dispositivos que garantam a sustentabilidade do setor.

Ainda conforme o estudo, ao centralizar o controle do setor no Executivo federal, a proposta pode afastar outros atores e dificultar a atração de investimentos. A proposta também não estabelece diretrizes básicas para a formulação dos regulamentos, além de deixar estados e municípios à mercê das iniciativas do governo federal. E, se mal conduzida, alertam, a exploração mineral pode gerar impactos significativos no meio ambiente.

O estudo pode ser acessado no *site* do Senado Federal no ícone “Publicações – Estudos Legislativos”. O Sinagências recomenda sua leitura e debate no âmbito das agências reguladoras.

Parte 2 – Câmara dos Deputados

27 de novembro

Comissão arquiva auditoria do TCU sobre procedimentos da Anvisa

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados aprovou em 26 de novembro o pedido de arquivamento da Proposta de Fiscalização e Controle (PFC nº 48/04), do ex-deputado Paulo Lima, que solicitava ao Tribunal de Contas de União (TCU) auditoria dos procedimentos adotados pela **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** (Anvisa) para combater a reutilização de materiais hospitalares descartáveis.

O plano de execução da PFC também previa a solicitação de esclarecimentos à Anvisa, por meio do Ministério da Saúde, sobre duas questões: as medidas tomadas para combater a reutilização de produtos hospitalares descartáveis e o conhecimento da agência sobre instituições que desrespeitavam as normas.

O texto aprovado foi o relatório final do deputado Sérgio Brito (PT-BA) favorável ao arquivamento da proposta. A justificativa do relator é a de que todas as etapas previstas no plano de execução foram concluídas.

Segundo Brito, após auditoria na agência, o TCU recomendou medidas para reforçar a fiscalização sobre as empresas de produtos hospitalares, com o auxílio da Receita Federal. A agência, por sua vez, apresentou os esclarecimentos sobre as duas questões que lhe foram propostas.

26 de novembro

Diretora da ANP diz que Brasil poderá ter déficit de gasolina na próxima década

A diretora-geral da **Agência Nacional do Petróleo** (ANP), Magda Chambriard, afirmou, durante audiência pública da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Petrobras, em 26 de novembro, que o Brasil deve sofrer um déficit de gasolina na próxima década.

“Em diversas ocasiões, temos discutido uma diferença de visões na ANP no tocante do déficit de gasolina para os próximos dez anos. Estamos vendo mais necessidade de gasolina que o ministério [de Minas e Energia] e a EPE [Empresa de Pesquisa Energética]”, disse.



As declarações da diretora-geral foram em resposta ao deputado Afonso Florence (PT-BA), que destacou que as refinarias de Abreu e Lima, em Pernambuco, e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), atualmente em construção, não foram projetados para produzir gasolina, mas, sim, outros derivados do petróleo.

Florence fez mais de 30 perguntas para a diretora-geral enviadas pelo relator da comissão, deputado Marco Maia (PT-RS), que está afastado para recuperar-se de um acidente de moto. Segundo a diretora-geral, não há aparelhamento na agência. “Temos cinco diretores, dois deles concursados, e outros dois são professores universitários também concursados em suas instituições.”

21 de novembro

Anvisa vai fiscalizar se embalagens de medicamentos estão diferenciadas por cores

Os remédios usados no Sistema Único de Saúde (SUS) podem vir a ter embalagens diferenciadas por cores, de acordo com o tipo do produto. O projeto de lei (PL nº 4876/12) que trata do assunto foi aprovado neste no dia 5 de novembro, pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados.

Pelo texto, a obrigação de adotar embalagens com cores diferenciadas deve constar nos processos licitatórios nos âmbitos municipal, estadual e federal e do SUS. O projeto pretende evitar casos como o da auxiliar de enfermagem que foi acusada em 2010 de ter provocado a morte de uma paciente, ao aplicar injeção com vaselina em vez de soro. A proposta também atribui à **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** (Anvisa) o papel de fiscalizar a diferenciação por cores.

O autor do projeto, deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC), disse que a nova medida não vai aumentar o custo para os fabricantes, pois o que muda é a cor das embalagens, e não o conteúdo dos remédios. “Não vai alterar nada, não aumenta o preço do remédio, absolutamente nada. Mesmo que aumentasse, eu acho que a vida do ser humano é mais importante do que o preço do remédio”, disse.

Para Nelson Mussolini, do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos de São Paulo (Sindusfarma), a diferenciação por cores pode gerar um sistema confuso, já que existem mais de 10 mil produtos. Mussolini acha que melhorias nas condições de trabalho dos profissionais de saúde podem diminuir os erros na identificação de remédios.

19 de novembro

Anatel participa de audiência pública sobre qualidade dos serviços de telefonia

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados discutiu em 19 de novembro a qualidade dos serviços de telefonia fixa e móvel no Brasil. O deputado Edinho Bez (PMDB-SC), que solicitou a reunião, reuniu reclamações para discutir com o setor. Bez, que foi presidente da comissão no ano passado, disse que essas reuniões têm sido constantes para acompanhar a evolução dos indicadores.

O secretário de fiscalização do setor no Tribunal de Contas da União (TCU), Marcelo Barros da Cunha, disse que várias recomendações de fiscalizações do tribunal deram resultado e que tanto a regulação da **Agência Nacional de Telecomunicações** (Anatel) quanto à qualidade da telefonia estão continuamente sendo avaliados.

Na opinião do diretor do TCU, surtiu resultados a decisão da Anatel de suspender a venda de determinados serviços até que a falha de qualidade seja resolvida. “São essas as medidas que, desde

2006, o tribunal vinha apontando que seriam mais hábeis na melhoria do serviço do que só aplicar multa”, disse Marcelo Barros da Cunha.

Para o diretor executivo do sindicato que reúne as empresas de telefonia celular (SindiTeleBrasil), Eduardo Levy, uma solução definitiva, com prazos e capacidade para que o setor faça planejamento, virá com a aprovação da Lei Geral das Antenas (Projeto de Lei nº 5013/13).

O superintendente de Controle de Obrigações da Anatel, Roberto Pinto Martins, disse que o serviço de 2ª geração está em quase todos os municípios brasileiros. Já o plano de expansão da 3G é de 100% em 2016, com 70% agora para os municípios até 100 mil habitantes e 20% para os municípios abaixo de 30 mil. Essas cidades menores podem ser atendidas antes, mas, pelas regras atuais, o limite para a universalização vai até 2019.

19 de novembro

Parecer do projeto que cria a Agência Nacional de Mineração pode ser votado logo, diz relator

Em entrevista ao programa “Com a Palavra”, da TV Câmara, o relator da proposta na comissão especial sobre o tema, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), comentou pontos de seu parecer. O parecer do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) ao novo Código de Mineração pode ser votado logo na comissão especial que analisa o assunto.

Por se tratar de tema polêmico, o colegiado, em busca de consenso, promoveu um amplo debate em torno do projeto do Executivo, enviado ao Congresso em junho do ano passado. A comissão realizou 40 audiências públicas e ouviu cerca de 300 representantes de mineradoras, empresários, governo e trabalhadores.

Apesar das tentativas, o relator não conseguiu fechar acordo em relação aos pontos conflitantes. Entre eles estão a forma de funcionamento da futura **Agência Nacional de Mineração**, que vai regular o setor, e a definição das alíquotas da contribuição financeira pela exploração mineral, que funciona como os royalties da mineração.

Para discutir o assunto, o “Com a Palavra” entrevistou o relator da proposta na comissão especial, deputado Leonardo Quintão. Confira a íntegra da entrevista no *site* da Câmara dos Deputados.

18 de novembro

Comissão altera resolução da Aneel e aprova prazo menor para restabelecimento de energia no campo

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou em 12 de novembro uma proposta que fixa prazo de seis horas para o restabelecimento da energia elétrica na área rural interrompida por falhas do sistema de distribuição. Atualmente, uma resolução (414/10) da **Agência Nacional de Energia Elétrica** (Aneel) estabelece prazo de oito horas para esses casos.

Inicialmente, o Projeto de Lei nº 2497/11, do deputado Zé Silva (SD-MG), estabelecia prazo de quatro horas, mas foi modificado na Comissão de Minas e Energia (CME) que optou pelo prazo de seis horas. Na CCJ, a análise limitou-se aos aspectos constitucionais, jurídicos e técnicos da proposta. O relator, deputado Alberto Filho (PMDB-MA), recomendou a aprovação da matéria.

Além do novo prazo de interrupção tolerável, o texto aprovado determina que ele seja contado “continuamente”, a partir do instante em que o consumidor comunicar à prestadora do serviço de distribuição a ocorrência da interrupção. O texto original não previa a continuidade da medição. A

proposta também prevê que a determinação só valha para as empresas que integram o Sistema Interligado Nacional – restrição que não havia no projeto original.

14 de novembro

ANTT e Comissão discutem duplicação da BR-163 com a população em MT

As obras de duplicação da BR-163 (Cuiabá-Santarém) no trecho que corta o Mato Grosso estão sendo discutidas com a população de diversas cidades ao longo da rodovia. O trecho da BR-163 no Estado é responsável pelo escoamento da produção de soja. Atualmente seu principal problema são as colisões frontais que em sua maioria acarretam em mortes.

As reuniões foram organizadas pela Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados nas cidades de Cuiabá, Sorriso, Sinop, Rondonópolis e Jaciara, e contaram com a presença de técnicos da **Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)**.

O deputado Wellington Fagundes (PR-MT) explicou que a duplicação da BR-163 é fundamental para o escoamento da produção do Mato Grosso e da Amazônia e para a segurança das pessoas que trafegam ou moram próximas à rodovia. O parlamentar destacou o caso de Sinop, que é a cidade onde a rodovia tem a sua maior travessia urbana, quase 40 km, e apenas a metade deste total está duplicada.

14 de novembro

Produtores independentes e Ancine pedem regulamentação de regionalização na TV

O presidente da Associação de Produtores Independentes de Televisão, Marco Altberg, e a diretora-presidente substituta da **Agência Nacional de Cinema (Ancine)**, Rosana Alcântara, defenderam, em 14 de novembro, a regulamentação dos princípios constitucionais que preveem a regionalização da programação e o estímulo ao conteúdo independente na televisão brasileira. Embora previstos na Constituição de 1988, esses princípios até hoje não foram regulamentados por lei.

Eles participam do Fórum de Comunicação Pública, organizado pela Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão em parceria com a Secretaria de Comunicação da Câmara. Segundo Altberg, o Congresso deve retomar a análise do PL nº 256/2001, que garante a produção regional independente na TV aberta, o qual já tramita há 24 anos no Parlamento.

A proposta já foi aprovada pela Câmara, mas está parada no Senado. Na visão dele, a produção audiovisual no Brasil avançou com a nova lei de TV por assinatura (Lei nº 12.485/11), e pode avançar mais com a aprovação do PL 256/01.

13 de novembro

Falta d'água em São Paulo é fruto de otimismo injustificado, diz ANA

A falta d'água no estado de São Paulo é fruto de tratar com normalidade uma situação que já era crítica no começo do ano de 2014. A opinião foi trazida à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) da Câmara dos Deputados pela **Agência Nacional de Águas (ANA)**.

A reunião, organizada pelo deputado Guilherme Campos (PSD-SP), deveria contar com vários gestores do sistema hídrico paulista, como a secretaria de Recursos Hídricos de São Paulo, e as empresas que gerem o sistema; mas todos alegaram outros compromissos para não virem à Câmara.

Também faltaram representantes do consórcio que gerencia a bacia que abrange os rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Esses são os principais rios que abastecem tanto o Sistema Cantareira de Barragens, que abastece a capital paulista, quanto as maiores cidades do interior, na região de Campinas.

Para o diretor-presidente da ANA, Vicente Andreu Guillo, foi a persistência em olhar para o futuro de maneira otimista que colocou São Paulo numa situação pior do que deveria. “As decisões deveriam ser tomadas num cenário mais conservador, mas o governo de São Paulo agiu como se estivéssemos num período de normalidade, e não estamos”, disse.

10 de novembro

Comissão aprova anulação de reajuste de pedágio concedido pela ANTT

A Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados aprovou em 5 de novembro uma proposta que anula o reajuste da tarifa de pedágio nas rodovias federais BR 116 e 324, na Bahia, e nas rodovias estaduais BA 526 e 528, trecho na divisa da Bahia com Minas Gerais – acesso à Base Naval de Aratu. O trecho é explorado pela Via Bahia Concessionária de Rodovias S.A.

Foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 535/11, do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA). O PDC anula a Resolução nº 3.746/11, da **Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)**, que autorizou o aumento de tarifa. Segundo Pellegrino, o reajuste favorece apenas a empresa Via Bahia e desrespeita os usuários das rodovias, que pagam por um serviço de péssima qualidade.

O relator, deputado Ricardo Izar (PSD-SP), apresentou parecer pela aprovação do PDC nº 535/11 e a consequente anulação do reajuste tarifário. Para Izar, a concessionária deve primeiramente cumprir os compromissos assumidos em contrato, para só então de ter direito à aprovação de reajuste tarifário pela ANTT.

“Entendemos que a ANTT extrapolou os limites da delegação legislativa a ela atribuída, ao desconsiderar que a definição de tarifas deve ser feita em conformidade com os custos e os benefícios econômicos transferidos aos usuários”, disse o relator.

4 de novembro

Ministro defende transporte aéreo para ampliar a integração do País

O ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, defendeu o transporte aéreo como um dos meios capazes de integrar o País, inclusive auxiliando o setor produtivo nacional. Ele participa de audiência pública da comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) nº 652/14, que oferece subsídios para a aviação civil regional.

A MP cria o programa para estimular operações de empresas aéreas em aeroportos com até um milhão de passageiros por ano e estabelece que apenas a Anac faria a fiscalização dos valores subsidiados.

O ministro explicou que, nos últimos três anos e meio, houve investimentos (pistas, funcionários, infraestrutura) da ordem de R\$ 11,5 bilhões, aumentando a capacidade dos aeroportos em 70 milhões de passageiros/ano, equivalente a seis vezes a população da cidade de São Paulo.

Segundo ele, de cada dez brasileiros da classe média, seis estão em cidades do interior, com renda 20 % maior que nas capitais. Além disso, Moreira Franco afirmou que 43% dessa população têm interesse no transporte aéreo, mas os preços no interior estão 31% mais caros do que nas regiões metropolitanas e nas capitais.

O diretor-presidente da **Agência Nacional de Aviação Civil** (Anac), Marcelo Pacheco dos Guaranys, que também participou da audiência, informou que a autarquia estará à disposição para garantir a segurança dos voos e de todo transporte aéreo do País, em razão dos subsídios para passagens aéreas previstos na MP.

Por sua vez, o presidente da Infraero, Antônio Gustavo Matos Vale, comentou que, hoje, quanto menor o município, maior o preço das passagens aéreas. “Queremos que a indústria da aviação chegue a esses aeroportos para que possam operar sem prejuízo”, explicou.

1º de novembro

Consulta Pública da ANS é destaque na Câmara dos Deputados em novembro

Foi destaque, nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados ao longo do mês de novembro, a consulta pública que a **Agência Nacional de Saúde Suplementar** (ANS) mantinha aberta, até 23 de novembro, sobre duas propostas para redução de cesarianas desnecessárias entre consumidoras de planos de saúde.

Entre as sugestões, estava a ampliação do acesso à informação pelas beneficiárias sobre taxas de cesáreas e de partos normais por estabelecimento de saúde e por médico, independentemente de estarem grávidas ou não.

Os textos também previam a adoção do partograma como integrante do processo de pagamento do parto. O documento mostra a evolução do trabalho de parto, com informações sobre dilatação, contrações e condições maternas e fetais. A partir dele, seria possível identificar a realização de cesáreas sem indicação médica.

Segundo a ANS e o Ministério da Saúde, a cesariana, quando desnecessária, aumenta a probabilidade de problemas respiratórios para o recém-nascido e triplica o risco de morte da mãe. O índice de partos cesáreos chega a 84% entre as usuárias de planos de saúde. Também a suspensão de 65 planos de saúde pela ANS foi foco de várias matérias no *site* da Agência Câmara.

Produção: Assessoria Parlamentar do Sinagências – Informações: (61) 3962-5000.

Síntese produzida com base em informações das agências de notícias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal